

Política fiscal no período pós-2002



AFONSO
BEVILAQUA

Os resultados referentes às contas públicas de 2001, divulgados recentemente pelo Banco Central, confirmam a continuidade do processo de consolidação do regime fiscal implementado a partir do último trimestre de 1998. O setor público brasileiro gerou no ano passado um superávit primário de 3,7% do PIB, um valor superior ao estabelecido no programa com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A serem cumpridas as metas acordadas para 2002, o segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso deverá ser encerrado com um superávit primário médio da ordem de 3,5% do PIB, o que representará uma mudança significativa em relação ao período 1995-1998 quando a posição primária do setor público re-

gistrou um déficit médio de cerca de 0,2% do PIB.

Apesar do desempenho favorável no que diz respeito ao resultado primário, a dívida líquida do setor público consolidado aumentou continuamente ao longo da maior parte de 2001, tendo encerrado o ano em torno de 53,3% do PIB. Esse aumento, de cerca de 4% do

A sustentabilidade fiscal depende da preservação e aprofundamento do ajuste implementado ao longo dos últimos anos

PIB em relação a dezembro de 2000, foi motivado em grande parte pelo efeito da depreciação significativa do real sobre o estoque da dívida mobiliária indexada ao dólar norte-americano.

Dado o cenário externo, faz pouco sentido esperar que o crescimento da relação dívida-PIB observado durante o ano passado possa ser revertido de for-

ma expressiva ao longo de 2002, principalmente se a incerteza referente à etapa final do processo eleitoral doméstico for levada em consideração. Dessa forma, mesmo com a mudança importante no regime fiscal implementada na transição para o segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, não será possível alcançar o objetivo originalmente estabelecido de colocar a relação dívida-PIB em uma trajetória menos adversa. A seqüência de superávits primários dos últimos anos terminará sendo insuficiente para compensar o efeito dos juros reais sobre um estoque de dívida que já havia crescido significativamente antes mesmo de 1999.

Ao contrário do que afirmou recentemente o secretário do Tesouro norte-americano, Paul O'Neill, que num momento particularmente infeliz associou os juros brasileiros à corrupção, os altos juros reais observados no país nos últimos anos refletem fundamentalmente uma percepção de risco macroeconômico. Dentre os principais determinan-

tes dessa percepção encontra-se, sem dúvida, o risco associado à trajetória das contas públicas de uma perspectiva de médio-prazo.

Várias das mudanças institucionais ocorridas recentemente, como a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, por exemplo, ajudarão a preservar parte das conquistas na gestão fiscal que

Os altos juros reais observados no país nos últimos anos refletem fundamentalmente uma percepção de risco macroeconômico

foram feitas desde o último trimestre de 1998. Com o tempo, o ganho de credibilidade associado com a administração responsável das contas públicas acabará tendo efeitos importantes sobre a percepção de risco do país.

A preservação da postura fiscal recente não é, no entanto, o único risco associado com a trajetória das contas

públicas. Apesar de expressivo, o ajuste fiscal do período após a crise da Rússia permanece sendo de baixa qualidade. Do lado dos gastos, ainda é grande a importância de medidas de repressão fiscal que prejudicam o funcionamento de atividades básicas do setor público. Quanto às receitas, a elevação da carga tributária ao longo dos últimos anos tem sido possível em virtude do aumento progressivo na importância relativa de impostos que comprometem as perspectivas de crescimento econômico no longo-prazo.

O maior desafio para o período pós-2002, portanto, será gerar combinações menos desgastantes de superávits primários, juros reais e, consequentemente, crescimento econômico, preservando o ajuste implementado nos últimos anos e melhorando substancialmente a sua qualidade.

Afonso S. Bevílaqua, PhD em economia pela Universidade da Califórnia, Berkeley, professor da PUC-Rio, escreve mensalmente às sextas-feiras. E-mail: asb@econ.puc-rio.br